



**AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA
AUGUSTA GUIMARÃES**

**Belo Horizonte
2011**

APARECIDA DE LOURDES OLIVEIRA FERREIRA

**AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA
AUGUSTA GUIMARÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG), como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Gestão
Escolar. Orientadora: Eliandra da Costa
Mendes

**Belo Horizonte
2011**

APARECIDA DE LOURDES OLIVEIRA FERREIRA

**AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA AUGUSTA
GUIMARÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Ms. Eliandra da Costa Mendes (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, julho de 2011

Dedico este trabalho aos meus amados
filhos, Bernardo, Maíra e Janine que são a
razão da minha luta constante e ao
querido Tio Wilson que contribuiu
enormemente para que eu chegasse até
aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas.

RESUMO

Ao refletirmos sobre a qualidade da educação devemos considerar as diferentes formas de avaliar que estão sendo empregadas para perceber o desempenho dos alunos. Os resultados obtidos sinalizam a etapa em que se encontram os alunos e possibilita ao docente modificar as suas ações pedagógicas, com vistas a melhorar o processo de ensino-aprendizagem. E para além da ação docente, através da avaliação da aprendizagem podemos perceber quais as mudanças são necessárias na organização (física, pedagógica e/ou administrativa) da instituição de modo a se garantir o direito à educação e para potencializar o ensino oferecido. Ao fazer uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães, foi possível identificar e refletir sobre as práticas avaliativas que são empregadas pelos docentes e como essas práticas podem contribuir para a formação dos educandos e para a inclusão social dos mesmos. Também foi possível perceber qual é o papel dos gestores, educadores e da comunidade na construção e análise de instrumentos avaliativos que sejam adequados aos alunos.

Palavras-chave: Avaliação. Prática docente. Gestão escolar.

ABSTRACT

As we reflect on the quality of education should consider different ways to assess what is being used to understand student performance. The results indicate the stage where they are students and allows teachers to modify their pedagogical actions, aimed at improving the teaching-learning process. And in addition to teaching activities, through the assessment of learning we can see what changes are needed in the organization (physical, educational and / or administrative) of the institution in order to guarantee the right to education and to enhance the education offered. By making a critical analysis of the Political Pedagogical School District Luiz Augusto Guimaraes, it was possible to identify and reflect on assessment practices that are employed by teachers and how these practices may contribute to the formation of the students and the inclusion of the same. I also found what is the role of managers, educators and community in the construction and analysis of evaluative tools that are appropriate for students.

Keywords: Evaluation. Teaching practice. School management.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Diferentes instrumentos avaliativos e novos olhares sob o educando.....	9
3. Avaliação escolar e a gestão democrática	11
4. Um olhar sobre as práticas avaliativas da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães.....	12
5. Considerações finais	14
6. Referências bibliográficas	15
7. Anexo - Projeto Político Pedagógico da E. M. Luíza Augusta Guimarães.....	16

1. Introdução

A educação hoje é palco de constantes avaliações. Avalia-se desde a aprendizagem dos alunos até o que é proposto pedagogicamente por cada instituição. Os resultados dão base para elaboração de novas políticas e suscitam mudanças de modo a assegurar a qualidade da educação. De acordo com SOUZA (2005, p. 42)

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão.

Nesse contexto, é essencial que sejam feitas constantes revisões no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola e que nele estejam especificados claramente quais os instrumentos avaliativos serão utilizados pelos docentes, gestores e pela comunidade para refletir sobre o ensino na instituição. É necessário conhecer os avanços e as dificuldades de aprendizagem da clientela atendida, perceber se o currículo escolar é condizente com uma educação efetiva, se a metodologia adotada pelo corpo docente contribui para a formação social dos alunos e se os gestores dialogam com os profissionais e com a comunidade, de modo a organizar o ambiente escolar. (SOUZA, 2005).

Sendo assim, podemos considerar que a avaliação da aprendizagem dos alunos é uma ação necessária e fundamental para que os gestores e profissionais da educação direcionem seu trabalho de modo a oferecer uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Com o objetivo de conhecer quais os instrumentos avaliativos são utilizados para mensurar o processo de aprendizagem dos alunos, o presente estudo fez uma análise do PPP da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães. Pretende-se aqui entender quais são os procedimentos avaliativos adotados pelos docentes da instituição e de que forma esses instrumentos são construídos.

2. Diferentes instrumentos avaliativos e novos olhares sob o educando

Para proceder a uma avaliação é preciso que os docentes saibam quais objetivos devem ser atingidos e qual o nível de construção de conhecimento a ser atingido pelo aluno. De

posse dos resultados, o professor poderá definir outros objetivos, reformular os conteúdos e conceitos a serem desenvolvidos e elaborar atividades e práticas educativas que tornem a aprendizagem mais significativa. Ou seja, a avaliação do discente serve para reorganizar a prática docente.

Neste sentido, entendemos que o ato de avaliar é algo muito complexo, afinal é o ponto de partida para dar um novo encaminhamento à ação pedagógica. O professor precisa ter em mente que ao criar situações que mostrem o desempenho do aluno ele também está contribuindo para reorganizar seu trabalho, rever o planejamento e refletir sobre o currículo da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), define que a avaliação seja “contínua e cumulativa” e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Isso indica que as velhas formas de avaliar precisam ser revistas. A prática tradicional de perceber os resultados através de provas e com o estabelecimento de notas passa a ser questionada. O docente se vê diante da necessidade de rever conceitos e de atualizar a sua formação.

O professor deve ter sempre consciência de que a avaliação deve ser contínua e cumulativa e que existem várias outras formas de fazer o diagnóstico da aprendizagem, dentre elas podemos citar: trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, exercícios, dinâmicas e outros recursos que possibilitarão o educando demonstrar que aprendeu. Para HOFFMANN (1994, p.23), “o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de o aluno refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades...”

A prática docente precisa integrar aos procedimentos avaliativos sistemáticos, outros, que permitam perceber como o aluno incorpora os novos conhecimentos às suas expectativas, a sua cultura, ao seu senso comum. Deve ainda estar atento aos avanços do aluno no sentido de ajudá-lo a reorganizar o conhecimento a partir de novas percepções da realidade que o cerca, criando um ambiente de sala de aula, rico em situações estimuladoras da curiosidade e da busca pelo saber, por meio da expressão de idéias, análises interpretativas dos fatos, independente do conteúdo que está sendo trabalhado.

Para que a avaliação educacional assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma Pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática, também não forem autoritários. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação em seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos. (LUCKESI, 2002, p. 42).

De acordo HOFFMAN (2004) após avaliar, o professor deve identificar os motivos que levaram o aluno a cometer os "erros", analisá-los e reorganizar sua prática através de atividades criativas e diferenciadas, de modo a reorientar o educando a construir seu conhecimento e assegurar sua aprendizagem.

A avaliação é responsável por fazer com que o educando perceba o valor do que se aprende. Nessa perspectiva, a sala de aula deve ser o espaço a serviço da formação do discente e que contribua para que ele entenda o que está sendo estudado e que as práticas educativas contribuirão para a sua inserção social de forma crítica e criativa.

3. Avaliação escolar e a gestão democrática

As práticas educativas devem garantir a aprendizagem significativa e relevante, promover o desenvolvimento de competências, habilidades e a formação de valores necessários para a vida em sociedade. E para que saibamos em que medida os alunos estão preparados para a vida social é importante que os profissionais da educação estejam atentos ao processo de aprendizagem e saibam interpretar as respostas dadas pelos alunos. Nesse sentido a educação assume um outro papel. De acordo com ELLIOT (2001, p.130):

O ensino passa então a se preocupar com o desenvolvimento integral dos alunos, com a construção do conhecimento, com a aplicação da capacidade crítica, com o aprender a aprender, com a formação das pessoas competentes, capazes de pensar, criticar e construir. A avaliação voltada para esse novo ensino assume feições diversas da avaliação tradicionalmente utilizada nas escolas, que, muitas vezes se resumia na aplicação de um teste no final do período letivo.

Quando se avalia é importante considerar a situação em que o aluno se encontra procurando entender suas carências (sociais e psicológicas) criando oportunidades para que ele consiga desenvolver ao máximo o seu potencial. Para isso, é necessário que o docente conheça a comunidade que atende e busque parcerias com a família, para que juntos possam oferecer uma educação que faça sentido para o educando.

Neste contexto, o papel dos gestores é extremamente importante, uma vez que uma de suas responsabilidades é incentivar o diálogo entre funcionários, professores, pais e alunos, de modo que todos conheçam e entendam a proposta pedagógica da instituição e tragam as suas contribuições para ela.

Um espaço de interação entre esses sujeitos pode ser o Conselho Escolar. Os conselhos podem ajudar a analisar o desempenho dos alunos, identificar as dificuldades e perceber quais são os problemas que podem estar dificultando o processo de aprendizagem e contribuindo para a evasão escolar. É importante ressaltar que os instrumentos a serem usados para avaliar os alunos devem estar pré-determinados no plano político pedagógico sendo que estes não devem ser um fim, mas um meio a mais de identificar o progresso dos educandos. Para Navarro (2004) o Conselho Escolar deve estabelecer uma avaliação mais ampla e que influencia direta ou indiretamente no processo de aprendizagem:

(...) na avaliação a ser empreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” no qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. (NAVARRO, 2004, p. 39)

4. Um olhar sobre as práticas avaliativas da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães

No Projeto Político Pedagógico da E. M. Luiza Augusta Guimarães¹ estão descritas quais as estratégias avaliativas serão utilizadas para identificar: o processo de aprendizagem dos alunos, o trabalho da equipe pedagógica, a ação dos gestores e a organização do próprio PPP.

1 A Escola M. Luiza Augusta Guimarães, localizada no município de Ribeirão das Neves, atende cerca de 900 alunos e oferece o ensino fundamental do 1º ao 9º ano.

Em se tratado de avaliação da aprendizagem, podemos perceber que os principais instrumentos utilizados para avaliar os discentes são: provas escritas, apresentação de trabalhos, pesquisas, oficinas, portfólio, registros de observação. A instituição reconhece que não existe um método único e que o professor deve sempre buscar mecanismos que o ajudem a perceber a situação do aluno e quais as estratégias que poderão ajudá-lo a construir o conhecimento. A variedade de instrumentos permite ao docente uma visão apurada do progresso de cada aluno, comparando a desempenhos anteriores, construindo um cenário para a interpretação individual de cada aluno sob um olhar único.

Refletir sobre as formas de avaliação em uma instituição escolar é algo imprescindível, pois está diretamente relacionada à possibilidade de inclusão ou exclusão dos educandos. Afinal, medir a capacidade dos alunos utilizando instrumentos apenas quantitativos (observando apenas os resultados) desconsidera o processo, o conhecimento que o aluno já trouxe consigo, os avanços que ele obteve em relação a ele mesmo e os fatores externos que dificultam a aprendizagem. Navarro (2004) defende que as práticas avaliativas devem ir além, de modo a considerar:

(...) o contexto social no qual a escola está inserida; as condições da escola para uma aprendizagem relevante; os mecanismos utilizados na gestão democrática da escola; a atuação do professor no processo educativo; e, finalmente, o desempenho escolar dos estudantes. (NAVARRO, 2004, p. 15)

Uma questão que precisa ser repensada na E. M. Luiza Augusta Guimarães é a forma como é feita a verificação e análise dos resultados alcançados pelos alunos, afinal está estabelecido no PPP que a responsabilidade caberá aos especialistas e professores. Na busca por conhecer e melhorar o desempenho dos educandos é necessário envolver mais sujeitos nesse processo. De acordo com OSÓRIO (2002, s.p.) a responsabilidade precisa ser compartilhada, afinal: "(...) a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando".

Para que família e escola reconheçam seus papéis é necessário que hajam momentos de diálogo entre eles. Sendo assim os gestores desta instituição precisam incentivar a participação de todos e fortalecer o Conselho escolar que já existe e que funciona de maneira precária e com reuniões esporádicas. É preciso que todos tenham a consciência

da importância desse órgão, que além de acompanhar o desenvolvimento da prática educativa também deve ajudar a refletir “sobre as dimensões e os aspectos que necessitam ser avaliados, ao se construir uma escola cidadã e de qualidade.” (NAVARRO, 2004, p. 14)

5. Considerações finais

De acordo com o estudo realizado, foi possível entender que todas as ações no contexto da escola devem visar o desenvolvimento do aluno e sua integração no ambiente em que vivem. Assim, deve-se proporcionar uma aprendizagem que faça com que o aluno seja mais crítico, participativo e construa coletivamente o processo ensino aprendizagem.

O professor precisa acompanhar o processo de aprendizagem da criança, registrando suas dificuldades e analisando seu crescimento individual e perante o grupo. Só assim será possível pensar em uma intervenção pedagógica justa e inclusiva. Em quaisquer circunstâncias, avaliações são meios ou confirmações de nosso trabalho, nunca sua razão de ser. Assim, devem ser vistas como recursos para aprender e ensinar melhor, nunca temidas como sentenças, nem pelo aluno nem pelos educadores.

Para GADOTTI (1991, p. 16), “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação”. Nesse contexto, o papel dos gestores é organizar ações, oferecer espaços democráticos e fomentar o diálogo de modo que fique claro as características da clientela atendida na instituição, só assim será possível conhecer o aluno para melhorar a qualidade do ensino e ampliar a sua permanência na escola.

A prática avaliativa da E. M. Luiza Augusta Guimarães baseia-se em procedimentos qualitativos e quantitativos tais como: provas, pesquisas, oficinas portfólios, registros, trabalhos, seminários, etc. Isso possibilita aos docentes identificar e registrar o desempenho da aprendizagem do educando e analisar o seu nível de aprendizagem, observando as novas etapas a serem seguidas.

Mas além de ter instrumentos avaliativos variados, essa escola ainda precisa modificar outros aspectos que interferem no processo de aprendizagem. É importante aproximar a escola da comunidade discutindo com os pais o rendimento dos filhos, expondo para eles o progresso individual de cada educando. Uma gestão democrática acontece quando o educando, comunidade e a escola, discutem juntos os problemas que são vivenciados dentro e fora do universo escolar. Assim a aprendizagem do educando se torna mais satisfatória porque a escola conhece, valoriza e interfere na realidade dele.

6. Referências bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

ELLIOT, Ligia Gomes. **Critérios de Julgamento: Chave para a avaliação da Aprendizagem.**Ensaio, Rio de Janeiro, v.8, n.27, p.129-142, abr./jun., 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** 10ª ed.São Paulo: Cortez, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito & Desafio - Uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre – RS: Ed Mediação, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NAVARRO, Ignez Pinto (orgs). Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares:** democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

OSÓRIO, Débora. Avaliação do Rendimento Escolar: como ferramenta de exclusão social. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/aval01.htm>. Acesso em: 20/05/2011.

SOUZA, S. Z. L. e OLIVEIRA, R. P. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil.** In: Educação e Soc da Educação. vol. 24, nº 84. São Paulo: Cortez. Campinas: CEDES, setembro 2005.

7. Anexo - Projeto Político Pedagógico da E. M. Luíza Augusta Guimarães



**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**APARECIDA DE LOURDES OLIVEIRA FERREIRA
ELISANGELA GEOVANIA DA SILVA ELIAS**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA AUGUSTA GUIMARÃES

**RIBEIRÃO DAS NEVES
2010**

**APARECIDA DE LOURDES OLIVEIRA FERREIRA
ELISANGELA GEOVANIA DA SILVA ELIAS**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA AUGUSTA GUIMARÃES

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO APRESENTADO AOS COORDENADORES DA SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS COMO ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA ASSISTENTE ELIANDRA DA COSTA MENDES.

RIBEIRÃO DAS NEVES
2010

1. INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico é uma ação intencional com base na realidade da escola. A crescente busca pela melhoria da qualidade do ensino, vem norteando muitas discussões, estudos, e pesquisas em relação à elaboração, à implementação e ao aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas instituições de ensino.

O Projeto Político-Pedagógico não pode ser entendido como documento que será construído, arquivado ou encaminhado para as autoridades educacionais para efetivação do cumprimento das atividades burocráticas. Ao construirmos o PPP da nossa escola, estamos planejando o que temos intenção de fazer. Não se trata, entretanto, apenas de um conjunto de planos ou atividades elaboradas pelo professor, pedagogo ou direção. Este documento deve ser elaborado e vivenciado coletivamente por todos os envolvidos com o processo educacional.

O PPP abrange duas dimensões: política e pedagógica: política no sentido de compromisso com a formação de um tipo de cidadão para a sociedade. Já afirmava Paulo Freire que *“Educar é um ato político”*. E pedagógica pelo fato de haver a possibilidade de concretização dos propósitos e intenções da escola. Estas dimensões são, portanto, indissociáveis, sendo a elaboração do PPP um permanente processo de reflexão e discussão dos problemas e propósitos da escola, buscando alternativas viáveis à realização das intenções que não devem ser “descritivas, mas constitutivas” (MARQUES apud VEIGA, 1997, p.23).

Seguindo as orientações pedagógicas e administrativas do nosso município, elaboramos o PPP da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães. Nas linhas que se seguem estão descritas informações referentes a elaboração desse documento e os principais elementos que devem compor o mesmo, com intuito de apresentar a nossa instituição e a proposta de educação que defendemos.

Ainda estamos no início do processo de elaboração do PPP, mas estamos empenhados em manter professores e alunos motivados para a construção desses documentos e buscar alternativas para despertar o interesse da comunidade.

Identificação

Denominação do estabelecimento escolar: Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães

Localização: Avenida Elvis Aron Presley, nº 76 – Bairro Neviana – CEP: 33808-230 – Telefone: 3624 -7955 - Ribeirão das Neves – MG

Esta instituição oferta o Ensino Fundamental conforme estabelecido pela legislação em vigor, Lei Municipal nº 2022/93 de 23 de outubro de 1997 e Lei nº 2859/2005, com a seguinte organização:

- Duração de 9 (nove) anos;
- Organizado em 03 (três) segmentos, distribuídos da seguinte

forma:

Primeiro segmento: organizado em 02 (dois) ciclos:

- O primeiro ciclo, denominado Ciclo Inicial de Alfabetização com duração de 03 (três) anos, abrangendo a faixa etária de 06 (seis) a 8 (oito) anos e 11 (onze) meses, assim organizados:

Ciclo Inicial de Alfabetização	1º ano/9
	2º ano/9
	3º ano/9

- O segundo ciclo, denominado Ciclo Complementar de Alfabetização com duração de 03 (três) anos, abrangendo a faixa etária de 09 (nove) e 10 (dez) anos e 11 (onze) meses, assim organizado:

Ciclo Complementar de Alfabetização	4º ano/9	
	5º ano/9	
	6º ano/9	

O segundo segmento, organizado pelo Sistema seriado, com duração de 03 (três) anos, abrangendo a faixa etária de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos e 11 (onze) meses, assim organizado:

12 anos - 7º ano/9

13 anos - 8º ano/9

14 anos - 9º ano/9

Diagnóstico da Escola

A Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães iniciou suas atividades em 1986, ofertando as séries iniciais do Ensino Fundamental visando atender uma demanda inicial de 140 alunos e, a partir de 1992, a escola passou a ofertar o ensino fundamental de 5ª à 8ª séries. Atualmente, a escola atende 919 (novecentos e dezenove) alunos. Número este que está crescendo, uma vez que a escola está sempre aberta a novos alunos e em função do frequente trânsito de alunos na região. É importante ressaltar que a escola também atende crianças com necessidades especiais diversas, mas, faltam recursos didáticos apropriados e a estrutura física ainda é inadequada para o atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais.

A escola possui em seu quadro administrativo: um diretor, um vice-diretor, secretaria escolar, auxiliar de biblioteca e auxiliares de serviços gerais; e a equipe pedagógica que é composta por técnicos pedagógicos e professores.

A elaboração do projeto político pedagógico da escola é imprescindível pois,

(...) a sua construção implica no aprendizado do jogo democrático entre os vários interlocutores da escola (professores, conselhos, funcionários, comunidade, alunos, etc). Trata-se de conquista política e, portanto, deve envolver todos os segmentos da escola. (DOURADO, 2003, p. 91).

É importante lembrar que é imprescindível o compartilhamento das ações e decisões, o desenvolvimento de um trabalho coletivo, a participação da comunidade local e escolar na construção e na implementação do PPP no qual

as responsabilidades sejam compartilhadas e uma educação de qualidade seja a principal finalidade.

A construção do PPP da escola não foi fruto de um trabalho coletivo da forma como a gestão e os profissionais da escola queriam e como muitos autores discutem. Muitos foram os fatores que contribuíram para a não efetivação de uma proposta político-pedagógica não totalmente democrática, sendo eles: a rede municipal de ensino do município ainda não implementou o processo de gestão democrática das escolas da rede com a eleição dos gestores; o tempo estipulado pela Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC) – dois meses - para a construção do PPP não favoreceu a divulgação dos trabalhos e a mobilização da comunidade interna e externa para a participação efetiva na elaboração deste documento; o desconhecimento dos profissionais da escola e, principalmente, dos membros da comunidade sobre o que venha a ser o PPP e sua importância para a construção de uma escola democrática e para a busca pela melhoria da qualidade do ensino e o envio de diretrizes por parte da SEMEC para a construção do PPP que deveria ser seguida por todas as escolas da rede o que contribui para a pouca autonomia institucional.

Além disso, muitos foram os embates: Como elaborar uma proposta curricular se a SEMEC envia um Currículo Básico a ser seguido por todas as escolas? Como abrir a escola para a participação da família estando a escola situada em uma comunidade em estado de risco social? Como garantir a atuação efetiva dos profissionais da escola e membros da comunidade na condução administrativa, financeira e pedagógica da escola? Quais os recursos financeiros que a escola dispõe? Apesar de tantos obstáculos a Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães por meio da atuação efetiva dos diretores e pedagogos da escola conseguiu elaborar uma proposta político-pedagógica que se preocupasse com a construção da cidadania, formação global do ser humano e com a qualidade do ensino. Portanto, o PPP da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães é fruto do consenso entre SEMEC, profissionais da escola e dos poucos representantes da comunidade que nos ajudaram nesta tarefa.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A elaboração desse documento implica na própria construção da identidade da escola. Portanto, a escola precisa ter em mente que, se pretende formar cidadãos críticos, autônomos e participativos. É preciso orientar as teorias e ações educacionais. Dessa forma, ter identidade implica em ter autonomia.

A construção do PPP da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães, segue princípios gerais propostos por VEIGA (2001, p. 16), para a organização do trabalho da escola:

- IGUALDADE: a escola deve oferecer condições de acesso e permanência para todos, com qualidade. Direito este previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96;
- QUALIDADE: propiciar a qualidade para todos, desenvolvendo habilidades e competências diante dos desafios do desenvolvimento educacional;
- GESTÃO DEMOCRÁTICA: abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Implica principalmente o repensar da estrutura de poder na escola, tendo em vista sua socialização;
- LIBERDADE: liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente;
- VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: a melhoria da qualidade de ensino está intimamente ligada à formação do educador, inicial e continuada. A escola deve oferecer condições de trabalho com variedade de recursos didáticos, materiais, recursos físicos, redução do número de alunos por turma, entre outros requisitos que possam estar auxiliando na melhoria da qualidade educativa.

O Projeto Político-Pedagógico diz respeito à execução dessas intenções. O PPP deve resultar de um desejo coletivo, ou seja, obra de todos os que militam nessa escola. Para a consecução desse desejo coletivo, será preciso que a comunidade docente assuma realmente o seu papel interagindo para alcançar as metas que estabeleceu e pretende alcançar. É um documento para muitos anos e será remodelado após sistemáticas avaliações.

Nossa escola pretende aprimorar constantemente seu PPP haja visto que ele será o norteador para o objetivo maior que perseguimos: formar cidadãos

críticos e autônomos, participativos, para que eles possam se perceber como parte integrante de uma sociedade, legitimando seu papel de cidadão.

Nessa perspectiva, entendemos que ensinar não é transferir conhecimentos, mas possibilitar para que nossos alunos façam sua própria produção ou a sua construção. Ensinar exige a consciência do inacabado, que cada aluno é um ser humano com consciência própria. Exige também respeito à autonomia do educando. A escola tem consciência que a verdadeira educação é aquela que contribui para o pleno desenvolvimento do educando, oferecendo-lhes condições de se sentir realizado, preparando-o para o exercício da cidadania na vida social, nas decisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país. Preparando o educando para que se tenha ciência de seus direitos e que seja cumpridor de seus deveres, preparando-os também para a qualificação do trabalho.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

Para cumprir suas finalidades, a Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães funciona com a seguinte estrutura administrativa e pedagógica.

Os recursos financeiros que circulam na escola são provenientes de alguns programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), recursos destinados ao programas Escola Aberta, Educação Integral e PME (Programa Mais Educação) que são recursos passados diretamente da prefeitura para as escolas.

Para administrar tais recursos os órgãos administrativos e deliberativos do caixa escolar "Libério Antônio Guimarães" têm se comprometido em atender, de maneira eficaz a aquisição de material de consumo ou permanente, com finalidade didática, na medida em que há necessidade. A direção da escola se compromete em elaborar e executar o orçamento anual se submetendo à aprovação da assembleia geral.

Em termos de estrutura física, a escola possui dezessete salas de aula, sala da direção, a biblioteca, a secretaria, supervisão, sala multifuncional, sala dos professores, banheiros para os funcionários da escola, banheiro para os alunos, consultório odontológico, refeitório e duas quadras poliesportivas. A rede física da escola já está bastante desgastada, precisando de ampla reforma, tais como: pintura interna e externa, reforma dos banheiros dos alunos. As instalações elétricas e hidráulicas precisam ser restauradas e ampliadas. Não há laboratórios de pesquisa nem quadra coberta. O acervo da biblioteca é pequeno e desatualizado. A área de lazer destinada aos alunos é pequena e não atende suas necessidades e demandas.

Contamos com os seguintes recursos audiovisuais: um vídeo, dois DVDs, três televisores, quatro computadores, dois retro projetores, dois aparelhos de som.

A diretoria é constituída por um diretor e um vice-diretor

Compete à Diretora:

1. Organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos na Instituição.

Compete ao Vice-diretor:

- Auxiliar o diretor na administração da escola.

Compete ao secretário:

- Atender as solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento.

Compete ao responsável pela biblioteca:

Organizar a biblioteca de forma a orientar o uso dos livros, do vídeo, do retroprojeto, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulando a criatividade e a imaginação.

Compete às pedagogas:

- Coordenar o planejamento e implantação do projeto pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no plano de desenvolvimento da escola.

Compete aos professores

- Preparar aulas e atividades avaliativas utilizando diversas metodologias de ensino, diversos espaços de aprendizagem e que incentivem a pesquisa.
- Estar em constante processo de aperfeiçoamento (educação continuada).

4. CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo é a construção social do conhecimento, expressa numa cultura. Este se refere à organização do conhecimento escolar. Na sua organização devemos considerar que o mesmo não se trata de um instrumento neutro. Ele deve almejar a integração e preservar a formação do ser pensante, crítico e participativo.

Os quatro pilares da educação propostos pelo documento da UNESCO – Relatório elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, ressaltam que todo currículo deve propiciar ao aluno condições para:

a) Aprender a conhecer: enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo, já que isso é necessário para viver dignamente;

b) Aprender a fazer: enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de competências como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.

c) Aprender a conviver: considerado um dos maiores desafios da escola e dos profissionais que nela atuam, uma vez que, as sociedades pós-modernas convivem com o aumento da violência e a acentuação das desigualdades

sociais. Dessa forma, recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar em uma sociedade solidária;

d) Aprender a ser: a escola deve contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo – corporeidade, inteligência, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade – proporcionando que o aluno construa pensamentos autônomos e críticos, que possa formular e efetuar seu próprio julgamento de valor de modo a poder decidir por si mesmo e como agir diante dos diversos desafios da vida.

De acordo com esses pilares em nossa escola os conteúdos são re-organizados a partir do diagnóstico realizado pelos professores nas turmas e, em respeito às habilidades/competências que cada ciclo/série/idade necessita.

O currículo é percebido como processo e como uma construção sócio-econômica-cultural. A sala de aula é tida como um espaço para a crítica, o confronto, a re-elaboração, a recriação e a re-interpretação de saberes que são incorporados ao currículo escolar.

O currículo da Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães é elaborado de forma a atender à legislação e documentos oficiais, à base curricular nacional, às diretrizes curriculares do município, às demandas e necessidades dos alunos e da comunidade. O currículo é dinâmico e flexível de forma a permitir alterações sempre que necessário.

A partir do Currículo Básico – proposta de currículo enviada pela SEMEC e que as escolas da rede precisam adotar e que foi baseada nos PCNs -, os profissionais da escola discutirão, sempre no início de cada ano letivo, a adequação da proposta curricular enviada pela SEMEC às necessidades de demandas da comunidade atendida pela escola. Os professores serão organizados, primeiramente, por ano de atuação, ou seja, reunir-se-ão os professores que atuarão no 1º ano, os que atuarão no 2º e assim por diante. Após discussão em pequenos grupos, os professores se organizarão por clico – a rede de ensino do município adota sistema misto: os anos iniciais do ensino

fundamental estão organizados em dois ciclos (1º, 2º e 3º anos pertencem ao Ciclo de Alfabetização, o 3º e o 4º ano compõem o Ciclo de Aperfeiçoamento da Alfabetização, do 6º ao 9º ano impera a seriação) a fim de conferir continuidade coerência e coesão dos conteúdos a serem ministrados. Da mesma forma, os professores do 6º ao 9º ano se reúnem para elaborar a proposta curricular para o Ensino Fundamental II. Em um terceiro momento, os professores do Ensino Fundamental I e II se reúnem para verificar, analisar e discutir a proposta curricular da escola e elaborar os projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo. De maneira geral, ficou estabelecido, nesta proposta pedagógica, que a escola desenvolverá não mais do que quatro projetos multidisciplinares por ano. As temáticas a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo deverão estar articuladas à proposta pedagógica da escola e se constituir em assuntos de interesse de todos.

Fica estabelecido que a cada bimestre uma reunião pedagógica será organizada com o objetivo de analisar a proposta pedagógica e adequá-la à realidade dos educandos. Isto quer dizer que, periodicamente, a equipe pedagógica (pedagogos e professores) deverão se reunir com o objetivo de analisar e discutir o currículo da escola, identificar o que tem produzido resultados positivos para continuidade, o que precisará ser reformulado visando sempre a melhoria da qualidade do ensino, a formação para a cidadania, a inclusão de todos e a formação global do educando. Além disso, a equipe pedagógica deverá organizar, de acordo com a necessidade, projetos e/propostas de intervenção visando acompanhamento periódico dos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

Estão presentes no currículo da escola:

4.1. Procedimentos didáticos/metodológicos

Baseada na teoria construtivista sócio-interacionista – teoria oriunda da psicologia que coloca o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem e considera o professor como mediador entre o aluno, o conhecimento e as interações sociais - esta instituição de ensino deverá

valorizar e estimular a interdisciplinaridade, de modo a favorecer a análise dos conteúdos sob diferentes enfoques e visões.

Na Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães a interdisciplinaridade ocorre por meio de projetos pré-determinados no início do ano letivo pela equipe pedagógica e pelos alunos. Cabe às pedagogas articular a realização, execução e avaliação dos projetos. Ressalta-se que todo o processo de elaboração, implantação, execução e avaliação de projetos pedagógicos se dá de forma coletiva e para que isso funcione os envolvidos se reunirão mensalmente com o intuito de socializar ideias, propor objetivos e estratégias de trabalho, etc;

Há ainda a transdisciplinaridade que ocorrem da mesma forma que os projetos pedagógicos, mas que envolvem pesquisas iconográficas, visitas orientadas a museus, parques, cinemas, teatros ou lugares significativos para a realização das atividades. Os alunos são orientados com base nos estudos em sala de aula e partem a campo (área da escola, entorno da escola, etc) para o estabelecimento de relações com o apreendido, elaborando assim, o próprio conhecimento através da união da teoria e da prática.

Os procedimentos metodológicos-didáticos utilizados para o desenvolvimento das aulas vão desde a aula expositiva, passando por seminários, trabalhos em grupo, utilização do livro didático e paradidáticos, filmes, debates e concluem com a produção individual e coletiva do conhecimento elaborados por meio de registros diversos: produção de texto, relatórios, desenhos, etc. Os professores são responsáveis por estimular a utilização da biblioteca visando o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura. Os alunos também são estimulados a desenvolverem o hábito de estudo, em casa, para rever e refletir sobre o que foi apreendido no dia, o que ainda está em déficit e a pesquisar sobre os conteúdos futuros.

Outra estratégia a ser utilizada para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico é o uso de recursos Audiovisuais (vídeo, TV, retro projetor, aparelhos de som, DVD, etc).

5.TEMPO ESCOLAR

A organização do tempo escolar em nossa Instituição ocorre da seguinte forma: no início do ano letivo na reunião administrativa a direção da escola entrega (e problematiza) para todos funcionários o calendário a ser seguido no decorrer do ano. No calendário determina o início e término do ano letivo, as férias, feriados, recessos, capacitações, dias de planejamentos, reuniões administrativas, sábados letivos, seminários da educação e módulos. O módulo acontece quinzenalmente com os docentes para discutir situações problemas dos discentes e propor soluções. Essa reunião acontece com as pedagogas. Esse tempo é para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e reflitam sobre o que estão aprendendo.

O tempo escolar do aluno é de 4 horas e 35 minutos dentro da instituição para os alunos que não frequentam a educação Integral. Os alunos do 1º turno entram às 7 horas e saem às 11:30 e os alunos do 2º turno entram às 13 horas e saem às 17:30.

De acordo com o calendário escolar a carga horária a ser cumprida é 200 dias letivos. As atividades avaliativas são organizadas bimestralmente e os diagnósticos diários é administrado por cada professor.

O módulo é um momento de discussão dos professores sobre as concepções de aprendizagem e a hora de entrar em consenso sobre qual atende melhor nossos alunos, buscando fornecer aos alunos situações de aprendizagem nas quais possam utilizar seus conhecimentos, suas experiências e propor novos assuntos, temas, questões, etc.

A gestão escolar faz reuniões bimestralmente com a comunidade e familiares dos educandos, mostrando e buscando soluções para o desenvolvimento dos mesmos.

O ano letivo é o período em que são oficialmente ministradas aulas, desenvolvidas as atividades de natureza formativa que implicam na organização de estudos e articulação das diversas áreas e conteúdos

curriculares sendo prorrogados se necessário até a complementação do mínimo de dias exigidos por lei.

A escola possui o programa Educação Integral no contra turno com o objetivo de atender os alunos com baixo rendimento escolar, alunos que têm risco social e que os pais trabalham e não tem onde deixar seus filhos. As atividades desenvolvidas no dia a dia são de acordo com cada oficina. As atividades são planejadas juntamente com os professores em dia de módulo com o objetivo de sanar as dificuldades dos educandos oferecendo uma educação de qualidade e ao mesmo tempo lazer e recreação.

A escola também conta com o programa escola aberta onde são oferecidos para a comunidade várias oficinas. Inclusive a oficina de esportes que atende principalmente os jovens, tirando-os da rua.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão escolar trabalha de forma clara, buscando a participação de todos nos processos de decisões da escola. A escola tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de educação. Busca abranger de modo democrático o exercício do poder, incluindo processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados.

Uma gestão democrática exige a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica e administrativa. Visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997). Dessa forma, todo trabalho administrativo ou pedagógico a ser realizado na escola ocorrerá de forma coletiva. No entanto, cabe à direção e à supervisão pedagógica criar mecanismos para garantir a participação de todos.

A escola em que trabalhamos ainda é submissa à secretaria municipal de educação, não temos muita autonomia para resolver situações problemas. A direção é um cargo político e não imposta por eleição o que também dificulta a aproximação da comunidade. Mesmo a escola não tendo total autonomia, a

direção busca trabalhar de uma forma mais transparente possível, informando a comunidade escolar sobre o que está sendo feito e o que pretende fazer. O Conselho Escolar não é frequente, a comunidade não é tão participativa quanto precisava, mas semestralmente a direção apresenta a prestação de conta, deixando claro que a mesma está disponível para toda comunidade. Infelizmente a escola ainda não conseguiu organizar o grêmio estudantil.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

No início do ano letivo os gestores se reúnem com cada segmento da escola, para a definição de papéis que competem a cada um. Nesse dia todos ficam cientes de suas obrigações, de seus deveres e de seus direitos, sempre buscando atitudes solidárias, participação coletiva, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortaleçam o diálogo.

No dia a dia a escola se depara por situações de conflito que requer da gestão escolar uma atenção maior para resolver de maneira justa. Em uma situação de conflito entre criança com criança, as pedagogas ou a direção conversam em particular com essas crianças, sendo advertidas oralmente. Após 3 reincidências os responsáveis são comunicados sendo obrigados a comparecer na escola.

Em situações de conflito em adulto/adulto, entre funcionários da escola, a direção chama em particular e conversa com ambas as partes, fazendo uma ata e registrando o ocorrido.

A gestão escolar busca valorizar todos os funcionários que trabalham nesta instituição, lembrando sempre de datas comemorativas, não deixando de dar uma simples lembrança. Apesar das dificuldades surgidas no dia a dia, estamos sempre elogiando nossos funcionários não deixando-os se esquecer que são importantes para o ambiente escolar.

A secretaria municipal de educação oferece aos docentes curso de capacitação como: Pró-letramento, Pro-gestão e capacitação para os professores de português e matemática. A participação dos professores nos cursos acontece

através de inscrições e que seja de acordo com a disciplina de cada um. Para as funcionárias da limpeza e da cantina, os cursos de formação acontecem em janeiro, são para todos, com duração de três a cinco dias durante meio horário. As secretárias, bibliotecárias, pedagogas e direção escolar fazem cursos de acordo com o cronograma da secretaria municipal de educação.

8. AVALIAÇÃO

A escola é um espaço de formação humana e a aprendizagem escolar é um processo que acontece no contexto de aprender e de construir conhecimentos, onde todos os indivíduos independentes de suas condições sócio-culturais, econômicas, etc, são capazes de aprender e de construir conhecimento.

Todos interagem com o conhecimento e tem formas diferenciadas de demonstrar suas habilidades. Sendo assim, na nossa instituição a avaliação é voltada para o acompanhamento do processo do aluno: realizando diagnósticos, levantando dificuldades, e analisando as possibilidades de crescimento pedagógico.

A avaliação é uma ação dinâmica e investigativa na qual os sujeitos do processo educativo (educador/educando) problematizam e intervêm na relação ensino-aprendizagem.

O processo avaliativo adotado pela Escola Municipal Luíza Augusta Guimarães será contínuo e formativo, constando de vários instrumentos, dentre eles:

- apresentação de trabalhos: orais e escritos;
- seminários e debates;
- atividades avaliativas surpresas ou pré-estabelecidas;
- pesquisas;
- trabalhos individuais e em grupo;
- provas, exames;
- atividades em classe e extra-classe;
- observação sistemática do educando pelo educador;
- apresentação de cadernos e fichários e demais modalidades e formas que mostrarem aconselháveis e de aplicação possível;

Além de registros feitos através da observação sistemática nas aulas e que compreendem valores, atitudes e comportamentos que contribuem para o crescimento individual, do grupo, da sala/turma, e da escola.

Em consonância com a legislação educacional (Lei nº 9394/96, resoluções e pareceres), a escola trabalha na perspectiva da recuperação paralela ao processo de ensino-aprendizagem. Os professores são orientados para que estes estudos aconteçam de forma individualizada, com a elaboração de atividades de estudo e acompanhamento, a fim de contribuir para a construção do conhecimento pelo aluno.

Da verificação do rendimento escolar do educando devem participar especialistas e professores. Competirá, ao professor, elaborar, aplicar e julgar os testes, provas e exames, trabalhos e demais meios de avaliação. O processo avaliativo servirá de base ao docente para diariamente, mensalmente e por bimestre, atribuir a cada aluno, conceitos (1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental) e notas (6º ano em diante), cujo registro se fará no diário de classe respectivo.

Em nossa instituição as avaliações de desempenho dos funcionários acontecem em outubro e participam delas: professores, pedagogas, direção escolar, vice-direção, secretárias, bibliotecárias e auxiliares de serviços gerais efetivas. Essa avaliação já vem pronta da secretaria municipal de educação. Já as cantineiras e auxiliares da limpeza são contratadas por uma empresa terceirizada e as mesmas são avaliadas pelo direção da escola.

8.1. Avaliação institucional e do PPP

A avaliação institucional da Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães tem como foco centrar-se no conhecimento dos problemas, limitações, condições e potencialidades e na tomada de decisões, tendo como perspectiva a melhoria das condições do trabalho pedagógico e administrativo.

O processo avaliativo constará de uma auto-avaliação a ser preenchida pelos profissionais da escola, de modo com que cada profissional possa avaliar sua própria atuação.

O instrumento metodológico a ser utilizado na avaliação institucional será o questionário. Os questionários para a auto-avaliação serão elaborados por uma comissão composta por cinco membros da equipe pedagógica e administrativa da escola. Os resultados do processo avaliativo serão divulgados e discutidos diretamente com cada profissional.

Ao término de cada ano letivo, de maneira geral, entre os meses de outubro e novembro, a SEMEC encaminha avaliação institucional de todos os funcionários da escola (diretores, pedagogos, professores, bibliotecários e funcionários da secretaria). As avaliações deverão ser preenchidas pelo funcionário e pela direção da escola e deverá ser fruto de consenso entre as partes envolvidas no ato avaliativo.

Em relação à avaliação do PPP da escola, fica estipulado que a cada dois anos o PPP da escola é avaliado e atualizado/aperfeiçoado. Fica estabelecido que a avaliação do PPP ocorrerá a partir da segunda quinzena de dezembro, período mais propício para que a escola, seus profissionais e representantes da comunidade poderão se encontrar para avaliar e repensar o PPP da escola. A direção da escola ficará encarregada de gerenciar o processo de avaliação do PPP, mobilização da comunidade interna e externa e divulgação das alterações/mudanças que forem necessárias no PPP.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernando. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?, módulo 2 / Luiz Fernandes Dourado Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

_____. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

_____.A.. **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papyrus, www.angelfire.com/sk/holgonsi/projeto.html (acesso em 15/08/2010).